

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|--|---|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 3 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 4 |
| 5.4 - Alterações significativas | 5 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 6 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 18 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 25 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 26 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 27 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 28 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 29 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 30 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 31 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos e depende do resultado de seus investimentos e de sua capacidade de alienar tais investimentos em condições favoráveis.

A companhia investe em sociedades brasileiras. Sua capacidade de honrar suas obrigações financeiras depende do fluxo de caixa e dos ganhos de suas investidas, da distribuição destes ganhos na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, e de sua capacidade de alienar parte de sua carteira de investimentos periodicamente.

Atualmente, os investimentos da BRADESPAR estão concentrados, indiretamente, na VALE e na CPFL Energia.

Como companhia de investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial, que inclui dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos da VALEPAR/VALE, juros das ações resgatáveis recebidos da VALEPAR, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos da CPFL Energia e ganhos realizados na alienação de investimentos.

Qualquer mudança na capacidade da VALE de distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio pode causar um efeito material adverso no resultado das operações da Companhia, impactando, potencialmente sua capacidade de declarar dividendos.

Os principais riscos de mercado que afetam os resultados operacionais de suas investidas também afetam os resultados operacionais da BRADESPAR.

Cumprir destacar que, as informações citadas a seguir, referem-se à informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais da VALE, conforme descrito do Formulário de Referência da referida companhia, sendo o conteúdo, portanto, de responsabilidade da mesma.

VALE

Considerando a natureza dos negócios e operações da VALE, os principais fatores de risco de mercado aos quais a empresa está exposta são:

- preços de produtos e insumos;
- taxas de câmbio; e
- taxas de juros.

Risco de preço de produtos e insumos

A VALE está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos. Os principais produtos da Companhia são: minério de ferro e pelotas, níquel, produtos de cobre, fertilizantes e carvão. Os principais insumos da Companhia são: materiais e equipamentos diversos, incluindo pneus, correias transportadoras, peças e componentes de equipamentos de mineração, ferroviários, de instalações industriais e de manutenção de oficinas, combustíveis e gases, e energia elétrica.

Para mais informações sobre riscos de preços de produtos da VALE, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Risco de câmbio e de taxa de juros

O fluxo de caixa da VALE está sujeito à volatilidade de diversas moedas, uma vez que os preços de seus produtos são indexados predominantemente ao dólar norte-americano, enquanto parte significativa dos custos, despesas e investimentos são indexados em outras moedas, principalmente reais e dólares canadenses.

A VALE também tem exposição a taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos. As dívidas com taxas de juros flutuantes em dólares norte-americanos consistem principalmente em empréstimos que incluem operações de pré-pagamento de exportações e empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, estas dívidas são indexadas à Libor (*London Interbank Offered Rate*). Ao considerar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a VALE considera o possível efeito de *hedge* natural entre a flutuação das taxas de juros norte-americanas e os preços das *commodities* no processo de decisão de contratação de instrumentos financeiros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2012, 64,6% de endividamento da VALE era denominado em dólares norte-americano (US\$), correspondente a R\$ 39.949 milhões, dos quais R\$ 37.544 milhões a juros fixos e R\$2.405 milhões atrelados à Libor. Outros 28,7% da dívida eram denominados em reais (R\$), correspondentes a R\$ 17.725 milhões, sendo R\$ 9.759 milhões atrelados a Taxa DI, R\$ 6.317 milhões atrelados a TJLP e R\$ 1.649 milhões a juros fixos. Os 6,8% restantes da dívida eram denominados em euros (€), correspondentes a R\$ 4.175 milhões a juros fixos.

Para mais informações sobre riscos de taxas de câmbio e de juros, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a) *riscos para os quais se busca proteção***

Tendo em vista que a 2ª série da Terceira Emissão e a 4ª Emissão de Debêntures da BRADESPAR vencem em julho de 2013, a Companhia entende que o risco de grandes elevações na taxa de juros é relativamente baixa, razão pela qual não adota nenhuma política de proteção para eventuais flutuações.

b) *estratégia de proteção patrimonial (hedge)*

A Companhia não possui estratégia de proteção patrimonial.

c) *instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)*

A Companhia não possui instrumentos para proteção patrimonial.

d) *parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*

A Companhia não possui parâmetros para o gerenciamento de riscos.

e) *se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos*

A Companhia não opera instrumentos financeiros.

f) *estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos*

A Companhia não possui estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

g) *adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada*

A Companhia não possui adequação da estrutura operacional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

As informações citadas a seguir referem-se à informações sobre as alterações significativas nos principais riscos de mercado da VALE, conforme descrito do Formulário de Referência da referida companhia, sendo o conteúdo, portanto, de responsabilidade da mesma.

VALE

Em 2010 ocorreu a substituição do sistema de precificação de minério de ferro “Benchmark” (preços de referência anuais) por contratos baseados em índices de preço de minério de ferro. Por refletir prontamente as variações no preço de mercado, é esperado que a adoção dos contratos com índice de preço tragam maior volatilidade ao fluxo de caixa da VALE.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam o aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. As atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia, assim como de suas investidas, poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- política monetária;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal e regime tributário; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

Embora a taxa anual de inflação medida pelo IGP-M tenha caído de 20,1% em 1999 para 7,8% em 2012 o Brasil, no passado, registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive de redução de taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação e levar a políticas antiinflacionárias que poderão afetar a companhia adversamente.

Historicamente, a moeda brasileira sofreu frequentes desvalorizações. O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo.

Periodicamente, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o Real se desvalorizou frente ao Dólar 8,5% em 2000, 5,7% em 2001, 34,3% em 2002 e 32,0% em 2008, tendo se apreciado 9,0%, 11,8%, 8,7% e 17,2% em relação ao Dólar em 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Não é possível assegurar que o Real irá se desvalorizar ou mesmo valorizar ainda mais em relação ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$2,0435 por US\$1,00.

As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo. As desvalorizações, em geral, restringem o acesso ao mercado financeiro no exterior e podem causar intervenções governamentais, incluindo políticas de recessão do governo. As desvalorizações também reduzem o valor em Dólares das ações e de distribuições de dividendos sobre as ações da Companhia. Em contrapartida, a valorização do Real em relação ao Dólar pode acarretar uma deterioração da conta corrente do Brasil e da balança de pagamentos, assim como uma diminuição do crescimento direcionado à exportação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, controlada pelo mesmo grupo controlador do Banco Bradesco, tendo sido constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Banco Bradesco, para atender dois objetivos: (i) receber parcelas do patrimônio do Banco Bradesco, cindidas em conformidade com a regulamentação do Banco Central, correspondentes a participações societárias não financeiras em sociedades atuantes nos setores de mineração, siderurgia, energia, TV por assinatura e tecnologia de informação; e (ii) permitir a administração mais ativa de investimentos não financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012, sua carteira de investimentos era composta por duas investidas: a VALE e a CPFL Energia. Sua receita operacional é proveniente basicamente: (i) do resultado da equivalência patrimonial na VALEPAR/VALE, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos; (ii) dos juros das ações resgatáveis recebidos da VALEPAR; (iii) dos juros sobre capital próprio e/ou dividendos recebidos da CPFL Energia; e (iv) dos ganhos realizados na alienação de investimentos. O resultado advindo da VALE e da CPFL Energia, correspondia, respectivamente, a 88,2% e 11,8% da receita operacional da BRADESPAR em 31 de dezembro de 2012.

Variações no resultado da VALE e na distribuição do resultado da CPFL Energia poderão impactar, proporcionalmente, os resultados operacionais da BRADESPAR.

Líder mundial na produção de minério de ferro e pelotas, a VALE está presente em 37 países, distribuídos por cinco continentes. Maior das Américas em valor de mercado, atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), logística, fertilizantes, energia e siderurgia. É também a segunda maior produtora mundial de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de aeronaves, automóveis, equipamentos de mineração e energia, baterias, entre outros.

Mesmo num cenário de desaceleração do crescimento econômico mundial e inserida no contexto de uma indústria fundamentalmente cíclica, portanto, exposta à alta volatilidade de preços, a VALE apresentou sólido desempenho operacional e financeiro, alavancando suas vantagens competitivas, lançando várias iniciativas bem-sucedidas para redução de custos e aumento da eficiência.

O lucro líquido ajustado foi de R\$ 22,2 bilhões, em 2012, excluindo os efeitos de itens não recorrentes. Com a inclusão dos ajustes contábeis, que não afetam o resultado financeiro da VALE, o lucro líquido foi de R\$ 9,7 bilhões.

No exercício de 2012, os investimentos, excluindo aquisições, de US\$ 17,7 bilhões, estiveram em linha com o montante investido em 2011. Os investimentos em responsabilidade social corporativa atingiram o patamar de US\$ 1,32 bilhão no ano, com US\$ 1,0 bilhão dedicados à proteção e conservação ambiental e US\$ 318 milhões para projetos sociais, destinados a melhorar a qualidade de vida e criar oportunidades de mobilidade social e econômica.

A remuneração aos acionistas somou US\$ 6,0 bilhões, a segunda maior da história da VALE e a maior entre as grandes mineradoras em 2012.

Cumprir destacar o projeto S11D, localizado na região sudeste do Pará, que representa a expansão da atividade de extração e beneficiamento de minério de ferro no Complexo Minerador de Carajás. De dimensões superlativas, o S11D prevê investimentos de cerca de US\$ 20 bilhões, e, quando entrar em operação plena, a partir de 2016, a VALE terá reforçada sua posição de líder global no mercado de mineração.

A VALE é registrada na BM&FBOVESPA (VALE3 e VALE5), na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) (VALE e VALE.P), na NYSE Euronext Paris (VALE3 e VALE5), na Latibex (XVALO e XVALP) e na Bolsa de Valores de Hong Kong (HKEx) (6210 e 6230).

Os principais destaques do desempenho da VALE, em 2012, foram:

- Receita operacional de R\$ 91,0 bilhões;
- Lucro operacional, medido pelo EBIT (lucro antes de juros e impostos), de R\$ 17,8 bilhões;
- Geração de caixa, medida pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de R\$ 27,1 bilhões;
- Lucro líquido de R\$ 9,7 bilhões, equivalente a R\$ 2,10 por ação;
- Investimentos, excluindo aquisições, de US\$ 17,7 bilhões; e
- Remuneração aos acionistas de US\$ 6,0 bilhões, a segunda maior da história da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A BRADESPAR considera que as atuais condições financeiras e patrimoniais da VALE são saudáveis para o seu ramo de atividade.

A CPFL Energia é uma holding que, por meio de suas subsidiárias, distribui, gera e comercializa energia elétrica no Brasil, nos mercados regulado e livre, compondo o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro.

Empresa líder no segmento de distribuição, a CPFL Energia detém 13% de market share por meio de suas oito distribuidoras. Em 2012, distribuiu energia elétrica a 7,2 milhões de clientes em 559 municípios, nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. No segmento de comercialização de energia, a CPFL Energia possui 10% de market share com atuação em todo o território nacional. A capacidade de geração de energia da Companhia atingiu 2.961 MW, no ano.

Pelo oitavo ano consecutivo, suas ações foram incluídas no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da BM&FBOVESPA, que destaca empresas que incorporam a gestão permanente e integrada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais em seus processos de negócios.

A estrutura acionária da CPFL Energia é composta pela Camargo Corrêa com 25,7% de participação, pelo Fundo de Investimentos em Ações BB Carteira Livre (Previ), com 31%, pelo Fundo de Investimentos em Participações Energia São Paulo (Funcesp, Petros, Sistel e Sabesp), com 12,6%. O restante, 30,7%, são ações em circulação no mercado (free float), das quais 5,3% pertencem à BRADESPAR.

As ações da CPFL Energia são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”), por meio de ADRs Nível III, o que evidencia sua aderência aos mais elevados padrões de governança corporativa.

Mesmo em um cenário de mudanças para o setor elétrico brasileiro, a consistência das estratégias de negócios da CPFL Energia, apoiada em seu compromisso com a disciplina e a gestão proativa dos seus indicadores de desempenho econômico-financeiros, proporcionaram as condições necessárias para que a empresa alcançasse resultados expressivos. O lucro líquido consolidado somou R\$ 1,3 bilhão no ano e o EBITDA totalizou R\$ 3,9 bilhões. Esses resultados permitiram à empresa, anunciar a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1,1 bilhão, dos quais R\$ 640 milhões foram pagos antecipadamente em 2012.

Em 2012, foram realizados investimentos de R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 1,3 bilhão foi direcionado à distribuição, com destaque na ampliação e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes, em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infraestrutura operacional, entre outros; R\$ 1 bilhão à geração, destinado principalmente às UTEs Alvorada e Coopcana, Parque Eólico Campo dos Ventos II e Complexos Eólicos Macacos I, Atlântica, Campo dos Ventos e São Benedito, empreendimentos em construção; e R\$ 22 milhões à comercialização e serviços.

Os principais destaques do desempenho da CPFL Energia, em 2012, foram:

- Lucro líquido de R\$ 1,3 bilhão;
- Receita operacional líquida de R\$ 15,1 bilhões;
- Receita operacional bruta de R\$ 21,4 bilhões; e
- EBITDA de R\$ 3,9 bilhões.

A BRADESPAR entende que as atuais condições financeiras e patrimoniais da CPFL Energia são suficientes para o desenvolvimento de seus negócios em todas suas áreas de atuação.

2012

Em 2012, o real teve uma desvalorização de 8,9% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 2,0435 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2012 comparado com R\$ 1,8758 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2011. O Banco Central reduziu a taxa básica de juros, partindo de 11,00% em dezembro de 2011 para 7,25% em dezembro de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em meados de 2012, os principais bancos centrais do mundo, de maneira atípica e contundente, renovaram ou ampliaram o compromisso em prover liquidez aos mercados, o que contribuiu determinantemente para reduzir os riscos de eventos extremos no cenário internacional. Por outro lado, a necessidade de ajustes fiscais nos EUA e na Europa mantém um viés de baixa para o crescimento global em 2013.

O Brasil não está imune a esse contexto global, apesar dos avanços nos fundamentos macroeconômicos observados nos últimos anos. Contudo, o País começa a colher os frutos da maior margem de manobra anticíclica que tem comparativamente a outras nações. As várias medidas de estímulo adotadas nos últimos meses já estão surtindo efeitos visíveis em termos de retomada da atividade econômica, ao mesmo tempo em que alguns passos importantes estão sendo dados para melhorar a infraestrutura, ajustar distorções tributárias e elevar a eficiência do setor produtivo, temas relevantes para o aumento do crescimento da economia.

Apesar da inegável vocação exportadora do País, o principal motor do desempenho da atividade econômica tem sido e deverá continuar sendo a demanda doméstica, em especial o consumo das famílias e os investimentos, beneficiados pela proximidade de grandes eventos esportivos no próximo triênio e pelo processo contínuo de mobilidade social.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESPAR (Consolidado), no ano de 2012:

- receita operacional bruta de R\$ 624,8 milhões;
- lucro líquido de R\$ 476,7 milhões;
- patrimônio líquido de R\$ 9,3 bilhões;
- rentabilidade anualizada de 5,8% sobre o patrimônio líquido médio; e
- valor contábil dos investimentos de R\$ 8,1 bilhões.

Abaixo relacionamos o valor contábil e de mercado, do principal investimento detido pela BRADESPAR em 31 de dezembro de 2012:

| R\$ milhões | | |
|--------------------|----------------|------------------|
| | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| VALEPAR / VALE (1) | 8.123,8 | 12.802,8 |

(1) O valor de mercado da VALEPAR / VALE considera a cotação de fechamento na BM&FBovespa das ações ordinárias e preferenciais da VALE (VALE3 e VALE5), no dia 31 de dezembro de 2012, multiplicada pelo número de ações da VALE detidas indiretamente pela Companhia.

2011

Em 2011, o real teve uma desvalorização de 12,6% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 1,8758 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2011 comparado com R\$ 1,6662 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2010. O Banco Central aumentou a taxa básica de juros, partindo de 10,75% em dezembro de 2010 para 11,00% em dezembro de 2011.

No encerramento do exercício de 2011, o cenário econômico global continuava caracterizado por sinais de desaceleração e existência de riscos, principalmente, nos países desenvolvidos. Índícios de acomodação na economia norte-americana têm sido rapidamente neutralizados por embates de natureza política, às vésperas das eleições presidenciais de 2012. Na Europa, a experiência de uma união monetária e aduaneira, que não evoluiu para uma união política e fiscal, poderá exigir maior esforço de determinados governos para a solução das dificuldades atuais.

Envolvidos e, ao mesmo tempo, beneficiados pela inédita e crescente onda de transparência, que caracterizou as nações desenvolvidas nas últimas décadas, os países emergentes têm sido capazes de adotar, tempestivamente,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

medidas preventivas adequadas para evitar os supostos erros cometidos por aquelas e permitir ajustes mais rápidos e menos onerosos em suas políticas cambial, fiscal e monetária.

Sob essa conjuntura, que em parte afetou as previsões mais otimistas sustentadas no início de 2011, pode-se contemplar com relativa tranquilidade o desempenho e o potencial do Brasil no campo socioeconômico. Com a marca histórica que supera 50% de sua população integrada à classe média, o País encontrou no mercado interno um poderoso aliado para manter o crescimento, ainda que em níveis menores do que os observados em 2010. Por outro lado, o reconhecimento mundial da maturidade do regime democrático, da liberdade de expressão, da independência da Justiça e a expansão do consumo, converteram o Brasil em um destino preferencial de investimentos diretos estrangeiros.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESPAR (Consolidado), no ano de 2011:

- registrada receita operacional bruta de R\$ 2,2 bilhões;
- lucro líquido de R\$ 2,0 bilhões;
- patrimônio líquido de R\$ 8,7 bilhões;
- rentabilidade anualizada de 28,9% sobre o patrimônio líquido médio; e
- valor contábil dos investimentos de R\$ 7,6 bilhões.

Abaixo relacionamos o valor contábil e de mercado, do principal investimento detido pela BRADESPAR em 31 de dezembro de 2011:

| R\$ milhões | | |
|--------------------|----------------|------------------|
| | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| VALEPAR / VALE (1) | 7.581,5 | 11.944,7 |

(1) O valor de mercado da VALEPAR / VALE considera a cotação de fechamento na BM&FBovespa das ações ordinárias e preferenciais da VALE (VALE3 e VALE5), no dia 31 de dezembro de 2011, multiplicada pelo número de ações da VALE detidas indiretamente pela Companhia.

2010

Em 2010, o Real teve uma valorização de 4,3% no ano em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 1,6662 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2010 comparado com R\$ 1,7412 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2009. O Banco Central aumentou a taxa de juros, partindo de 8,75% em dezembro de 2009 para 10,75% em dezembro de 2010.

O ano de 2010 ficou caracterizado pela retomada do crescimento econômico mundial, embora em ritmo moderado e desigual entre os países. Se, por um lado, algumas nações desenvolvidas ainda terão de equacionar algumas dificuldades, geradas pela desestabilização econômica, ocorrida no biênio 2008/2009, por outro, ficou nítida a percepção de que esse cenário abre novas oportunidades para os países emergentes, particularmente aqueles, como o Brasil, em que o ambiente democrático esteja consolidado e o setor empresarial tenha alcançado porte compatível com os novos desafios.

A despeito dos muitos desafios ligados ao crescimento econômico de longo prazo, a BRADESPAR vê com prudente otimismo as perspectivas para os próximos anos. A economia brasileira, já no final de 2009, voltava a apresentar fundamentos sólidos para a retomada do crescimento, o que se confirmou no encerramento de 2010, marcado por uma expansão robusta do PIB, que atingiu a maior taxa registrada desde 1985.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No campo político, 2010 foi um ano em que o exercício pleno da cidadania mostrou um sistema democrático de raízes bem profundas, consagrando as liberdades de expressão e de escolha como linhas-mestras.

Os avanços ocorreram não apenas sob a métrica econômica mas, também, nos indicadores sociais. De fato, foram animadoras as melhorias na qualidade de vida das pessoas, principalmente no poder de consumo, conquistas que trouxeram para a classe média grande parte da população, um dado estatístico significativo na história do País.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESPAR (Consolidado), no ano de 2010:

- registrada receita operacional bruta de R\$ 1,9 bilhão;
- lucro líquido de R\$ 1,8 bilhão;
- patrimônio líquido de R\$ 6,8 bilhões;
- rentabilidade anualizada de 31,4% sobre o patrimônio líquido médio; e
- valor contábil dos investimentos de R\$ 5,7 bilhões.

Abaixo relacionamos o valor contábil e de mercado, do principal investimento detido pela BRADESPAR em 31 de dezembro de 2010:

| R\$ milhões | | |
|--------------------|----------------|------------------|
| | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| VALEPAR / VALE (1) | 5.674,3 | 16.736,8 |

(1) O valor de mercado da VALEPAR / VALE considera a cotação de fechamento na BM&FBovespa das ações ordinárias e preferenciais da VALE (VALE3 e VALE5), no dia 31 de dezembro de 2010, multiplicada pelo número de ações da VALE detidas indiretamente pela Companhia.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

| Estrutura de Capital | Quantidade de Ações | | |
|----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | Dez12 | Dez11 | Dez10 |
| ON | 122.523.049 | 122.523.049 | 122.523.049 |
| PN | 227.024.896 | 227.024.896 | 227.024.896 |
| Total | 349.547.945 | 349.547.945 | 349.547.945 |

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 3,9 bilhões, composto por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 3,2 bilhões, composto por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 3,0 bilhões, composto por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***(i) hipóteses de resgate***

Não há hipóteses de resgate de ações ou quotas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações ou quotas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os administradores da Companhia, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como seus respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da Administração da Companhia, caso sejam necessários recursos à complementação de tal montante, estes serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, alienação de ativos, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia estava em cumprimento de todas as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida mencionados na alínea “f” abaixo e acredita que continuará a honrar tais compromissos sem que tal fato implique em qualquer impacto negativo relevante em seus negócios ou performance financeira.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas***e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- os dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas investidas da Companhia;
- os juros das ações resgatáveis recebidos da VALEPAR;
- os recursos provenientes das vendas de participações societárias;
- as emissões de títulos de dívida no mercado de capitais brasileiro e internacional; e
- os aumentos de capital.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes da Companhia foram originadas, principalmente:

- em 2012, por: (i) recebimento de R\$ 338,0 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALEPAR/VALE e juros das ações resgatáveis recebidos da VALEPAR; (ii) recebimento de R\$ 73,5 milhões referentes a dividendos da CPFL Energia; e (iii) recebimento de R\$ 166,8 milhões referentes ao resgate de 2.876.274 ações preferenciais da VALEPAR;
- em 2011, por: (i) recebimento de R\$ 340,4 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALEPAR/VALE e juros das ações resgatáveis recebidos da VALEPAR; (ii) recebimento de R\$ 64,8 milhões referentes a dividendos da CPFL Energia; e (iii) recebimento de R\$ 209,1 milhões referentes ao resgate de 3.605.128 ações preferenciais da VALEPAR; e
- em 2010, por: (i) recebimento de R\$ 272,5 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALEPAR/VALE e juros das ações resgatáveis recebidos da VALEPAR; e (ii) recebimento de R\$ 75,2 milhões referentes a dividendos da CPFL Energia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Recursos Provenientes das Atividades de Financiamento

Os recursos provenientes de atividades de financiamento da Companhia foram originados, basicamente:

- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, pela captação de recursos por meio da emissão de Debêntures da Quarta Emissão Pública no valor total de R\$ 350,0 milhões, os quais foram utilizados para a quitação das obrigações relativas às Debêntures da Primeira Série da Terceira Emissão Pública da Companhia;
- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, pela captação de recursos por meio da emissão de Debêntures da Terceira Emissão Pública no valor total de R\$ 800,0 milhões, os quais foram utilizados para a quitação das obrigações relativas às Debêntures da Segunda Emissão da Companhia; e
- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não efetuou captação de recursos no mercado.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela abaixo apresenta informações financeiras selecionadas com relação ao endividamento, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010:

| Instrumento | Saldo (R\$ milhões) | | | Custo | Pagamento | Vencimento | Obrigações Principais (R\$ milhões) |
|--|------------------------|--------------|--------------|--|---------------|--|--|
| | 2012 | 2011 | 2010 | | | | |
| Debêntures da Primeira Emissão (1) | 0 | 0 | 0 | 125% da variação do CDI | Semestral | Janeiro de 2012 | Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$2.000,000 |
| Notas Promissórias da Primeira Emissão | 0 | 0 | 0 | 106% da variação do CDI | No vencimento | Janeiro de 2009 | Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$2.000,000 |
| Notas Promissórias da Segunda Emissão (2) | 0 | 0 | 0 | 110% da variação do CDI | No vencimento | Julho de 2009 | Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$2.000,000 |
| Debêntures da Segunda Emissão | 0 | 0 | 760,5 (3) | 105% na Primeira Série e 108% na Segunda Série, da variação do CDI | No vencimento | Julho de 2010 para a Primeira Série e Julho de 2011 para a Segunda Série | Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$2.000,000 |
| Debêntures da Terceira Emissão | 588,5 (5) | 846,9 (4) | 0 | 103,8% na Primeira Série e 105,5% na Segunda Série, da variação do CDI | No vencimento | Julho de 2012 para a Primeira Série e Julho de 2013 para a Segunda Série | Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$2.000,000 |
| Debêntures da Quarta Emissão | 362,7 | 0 | 0 | 103,5% da variação do CDI | No vencimento | Julho de 2013 | Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$2.000,000 |
| Dívida Bruta | 951,2 | 846,9 | 760,5 | - | - | - | - |
| Disponibilidades, títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo | 254,2 | 264,0 | 173,5 | - | - | - | - |
| Dívida Líquida | 697,0 | 582,9 | 587,0 | - | - | - | - |

(1) Emitidas em 14 de janeiro de 2009 e resgatadas integralmente em maio e junho de 2009;

(2) Emitidas em 14 de janeiro de 2009 e resgatadas integralmente em 13 de julho de 2009;

(3) Sendo R\$ 760,5 milhões da Segunda Série com a Liquidação da Primeira Série em Julho de 2010;

(4) Sendo R\$ 306,9 milhões da Primeira Série e R\$ 540,0 milhões da Segunda Série; e

(5) Sendo R\$ 588,5 milhões da Segunda Série com a Liquidação da Primeira Série em Julho de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou sua Quarta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 35.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 350 milhões com vencimento em 365 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados pro rata temporis até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 322,1 milhões.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 29.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 290 milhões com vencimento em 366 dias a contar da data de emissão e a segunda de 51.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 510 milhões com vencimento de 731 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 103,8% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 105,5% para a segunda série, calculados pro rata temporis até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 15.581.955 (quinze milhões, quinhentas e oitenta e uma mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures no montante de R\$ 807,5 milhões.

Em 9 de julho de 2010, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures no montante de R\$ 152,9 milhões.

Em 13 de julho de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 140.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 140 milhões com vencimento em 361 dias a contar da data de emissão e a segunda de 660.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 660 milhões com vencimento de 721 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 105% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 108% para a segunda série, calculados pro rata temporis até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 690 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão totalizando R\$ 690 milhões com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 110% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados pro rata temporis até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 53,1% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 53,1% das ações ordinárias da CPFL Energia, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu no dia 13 de julho de 2009, no montante de R\$ 729,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 610.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 610 milhões com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 125% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados pro rata temporis até o pagamento de cada Debênture e foram pagos junto com o principal.

As Debêntures contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 46,9% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 46,9% das ações ordinárias da CPFL Energia, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento antecipado de 99% do principal e juros ocorreu no dia 22 de maio de 2009, no montante de R\$ 633,4 milhões, e pagamento do saldo remanescente da totalidade das Debêntures ocorreu no dia 19 de junho de 2009, no montante de R\$ 6,4 milhões.

Em 18 de julho de 2008, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 1.400 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 1,4 bilhão com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 106,0% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados pro rata temporis até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da CPFL Energia, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu nos dias 02 de janeiro de 2009 e 14 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 1.495,539 milhões.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes,

Não há contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras,

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas.

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Somente as Ações resgatáveis da VALEPAR estiveram sujeitas à restrição de negociação até 1º de agosto de 2010, de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas Preferencialistas e Ordinaristas da VALEPAR, firmado em 10 de julho de 2008.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- Receita Operacional;
- Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas;
- Resultado Financeiro; e
- Lucro Líquido.

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial Consolidado, apresentamos abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

| Balanço Patrimonial | | | | | | | | | | |
|---|------------|------------|-----------|--------------------|-------|-------|--------------------|----------|-------------|---------|
| R\$ mil | Dez12 | Dez11 | Dez10 | Análise Vertical % | | | Análise Horizontal | | | |
| | | | | Dez12 | Dez11 | Dez10 | Dez12xDez11 | | Dez11xDez10 | |
| | | | | | | | R\$ | % | R\$ | % |
| Ativo | | | | | | | | | | |
| Ativo Circulante | 883.604 | 730.296 | 489.059 | 8,0 | 6,8 | 5,7 | 153.308 | 21,0 | 241.237 | 49,3 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 254.205 | 263.983 | 173.529 | 2,3 | 2,5 | 2,0 | (9.778) | (3,7) | 90.454 | 52,1 |
| Recebíveis de Ações Preferenciais Resgatáveis | 217.101 | 196.754 | 244.390 | 2,0 | 1,8 | 2,9 | 20.347 | 10,3 | (47.636) | (19,5) |
| Outros Valores a Receber | 412.298 | 269.559 | 71.140 | 3,7 | 2,5 | 0,8 | 142.739 | 53,0 | 198.419 | 278,9 |
| Ativo Não Circulante | 10.177.221 | 10.009.130 | 8.029.675 | 92,0 | 93,2 | 94,3 | 168.091 | 1,7 | 1.979.455 | 24,7 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 2.053.359 | 2.427.560 | 2.355.374 | 18,6 | 22,6 | 27,6 | (374.201) | (15,4) | 72.186 | 3,1 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 1.081.595 | 1.315.098 | 1.041.161 | 9,8 | 12,2 | 12,2 | (233.503) | (17,8) | 273.937 | 26,3 |
| Tributos Diferidos | - | - | 35.002 | - | - | 0,4 | - | - | (35.002) | (100,0) |
| Recebíveis de Ações Preferenciais Resgatáveis | 807.338 | 999.995 | 1.166.819 | 7,3 | 9,3 | 13,7 | (192.657) | (19,3) | (166.824) | (14,3) |
| Depósitos Judiciais | 21.102 | 162 | 152 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 20.940 | 12.925,9 | 10 | 6,6 |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar | 143.324 | 112.305 | 112.240 | 1,3 | 1,0 | 1,3 | 31.019 | 27,6 | 65 | 0,1 |
| Investimentos | 8.123.830 | 7.581.533 | 5.674.268 | 73,4 | 70,6 | 66,6 | 542.297 | 7,2 | 1.907.265 | 33,6 |
| Imobilizado | 32 | 37 | 33 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | (5) | (13,5) | 4 | 12,1 |
| Total | 11.060.825 | 10.739.426 | 8.518.734 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 321.399 | 3,0 | 2.220.692 | 26,1 |
| Passivo | | | | | | | | | | |
| Passivo Circulante | 1.012.084 | 773.286 | 1.138.439 | 9,2 | 7,2 | 13,4 | 238.798 | 30,9 | (365.153) | (32,1) |
| Obrigações Fiscais | 29.334 | 25.720 | 25.282 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 3.614 | 14,1 | 438 | 1,7 |
| Debêntures | 951.257 | 306.882 | 760.530 | 8,6 | 2,9 | 8,9 | 644.375 | 210,0 | (453.648) | (59,6) |
| Dividendos e JCP a Pagar | 4.780 | 413.783 | 325.763 | 0,0 | 3,9 | 3,8 | (409.003) | (98,8) | 88.020 | 27,0 |
| Outras Obrigações | 26.713 | 26.901 | 26.864 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | (188) | (0,7) | 37 | 0,1 |
| Passivo Não Circulante | 732.396 | 1.291.487 | 602.221 | 6,6 | 12,0 | 7,1 | (559.091) | (43,3) | 689.266 | 114,5 |
| Debêntures | - | 540.036 | - | - | 5,0 | - | (540.036) | - | 540.036 | - |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 457.428 | 536.818 | 443.680 | 4,1 | 5,0 | 5,2 | (79.390) | (14,8) | 93.138 | 21,0 |
| Provisões | 274.968 | 214.633 | 158.541 | 2,5 | 2,0 | 1,9 | 60.335 | 28,1 | 56.092 | 35,4 |
| Patrimônio Líquido Consolidado | 9.316.345 | 8.674.653 | 6.778.074 | 84,2 | 80,8 | 79,6 | 641.692 | 7,4 | 1.896.579 | 28,0 |
| Capital Social Integralizado | 3.900.000 | 3.220.000 | 3.000.000 | 35,3 | 30,0 | 35,2 | 680.000 | 21,1 | 220.000 | 7,3 |
| Reserva de Lucros | 4.145.248 | 4.568.545 | 3.426.863 | 37,5 | 42,5 | 40,2 | (423.297) | (9,3) | 1.141.682 | 33,3 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 1.271.097 | 886.108 | 351.211 | 11,5 | 8,3 | 4,1 | 384.989 | 43,4 | 534.897 | 152,3 |
| Total | 11.060.825 | 10.739.426 | 8.518.734 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 321.399 | 3,0 | 2.220.692 | 26,1 |

Outros Valores a Receber

Em 2012, os valores a receber, no montante de R\$ 412.298 mil (2011 – R\$ 269.559 mil) referem-se, substancialmente, a juros sobre o capital próprio a receber da VALEPAR.

Em 2012, a BRADESPAR recebeu da VALEPAR o montante de R\$ 166.824 mil, relativo ao resgate de 2.876.274 ações preferenciais. A BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO possuem 17.242.791 ações preferenciais resgatáveis classe “C”.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2011, os valores a receber referem-se, substancialmente, a juros sobre o capital próprio a receber da controlada VALEPAR.

Em 2011, a BRADESPAR recebeu da VALEPAR o montante de R\$ 209.097 mil, relativo ao resgate de 3.605.128 ações preferenciais. A BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO possuem 20.119.065 ações preferenciais resgatáveis classe "C".

Em 31 de dezembro de 2011, as ações preferenciais resgatáveis em poder da BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO montam a R\$ 1.166.819 mil (2010 – R\$ 1.375.916 mil), sendo que R\$ 166.824 mil (2010 – R\$ 209.097 mil) registradas no Ativo Circulante e R\$ 999.995 mil (2010 – R\$ 1.166.819 mil) no Ativo não Circulante.

Os juros a receber das ações preferenciais resgatáveis da BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO montam a R\$ 29.930 mil (2010 – R\$ 35.293 mil), e seus valores estão incluídos juntamente com o principal na rubrica de Recebíveis de Ações Preferenciais Resgatáveis.

Títulos Disponíveis para Venda

Os títulos disponíveis para venda referem-se às ações da CPFL Energia, detidas indiretamente pela BRADESPAR. As ações da CPFL são classificadas em títulos disponíveis para venda a valor de mercado, com contrapartida no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro 2012, a BRADESPAR detinha indiretamente 50.541.820 ações da CPFL Energia, com valor de mercado de R\$ 1.082 milhões, 17,8% inferior à mesma data do ano anterior. A cotação da ação da CPFL em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 21,40.

Em 31 de dezembro 2011, a BRADESPAR detinha indiretamente 50.541.820 ações da CPFL Energia, com valor de mercado de R\$ 1.315 milhões, 26,3% superior à mesma data do ano anterior. A cotação da ação da CPFL em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 26,02.

Em 31 de dezembro 2010, a BRADESPAR detinha indiretamente 25.270.900 ações da CPFL Energia, com valor de mercado de R\$ 1.041 milhões, 16,7% superior à mesma data do ano anterior. A cotação da ação da CPFL em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 41,20.

Cabe destacar que, em 2011, a CPFL, conforme comunicado ao mercado, realizou o grupamento de suas ações, na proporção de 10 (dez) para 1 (uma), com o simultâneo desdobramento de cada ação, após o grupamento, na proporção de 1 (uma) para 20 (vinte).

Investimentos

A oscilação na conta de investimentos está relacionada, basicamente, à equivalência patrimonial e ao ajuste de avaliação patrimonial (ajuste reflexo) oriundos da VALEPAR/VALE, e está sendo comentada no item 10.10.

Debêntures

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou a quarta emissão pública de 35.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 350,0 milhões, com vencimento em 365 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 4 de julho de 2013. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 103,5% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, pro rata temporis. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo atualizado correspondia a R\$ 951,3 milhões (2011 – R\$ 846.9 milhões).

Em 2011, a BRADESPAR efetuou a terceira emissão pública de 80.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 800,0 milhões, sendo duas séries: (i) na primeira série foram alocadas 29.000 debêntures, com vencimento em 366 dias a contar da data da emissão, ou seja, no dia 4 de julho de 2012; e (ii) na segunda série foram alocadas 51.000 debêntures, com vencimento em 731 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 4 de julho de 2013. As Debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 103,8% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo"

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures. As debêntures da segunda série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 105,5% da Taxa DI, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, ambas calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, pro rata temporis. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo atualizado era de R\$ 846,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) Resultados das operações do emissor, em especial:**

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

| Demonstração do Resultado Consolidado | | | | | | | | | | |
|---|----------|-----------|-----------|--------------------|-------|-------|--------------------|--------|-----------|--------|
| Em R\$ mil | | | | | | | | | | |
| | | | | Análise Vertical % | | | Análise Horizontal | | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 | 2012x2011 | | 2011x2010 | |
| | | | | | | | R\$ | % | R\$ | % |
| Equivalência Patrimonial | 382.805 | 1.947.329 | 1.575.536 | 61,3 | 87,4 | 83,0 | (1.564.524) | (80,3) | 371.793 | 23,6 |
| Juros de Ações Resgatáveis | 168.504 | 216.845 | 248.186 | 27,0 | 9,7 | 13,1 | (48.341) | (22,3) | (31.341) | (12,6) |
| Dividendos de Investimentos | 73.465 | 64.801 | 75.167 | 11,8 | 2,9 | 4,0 | 8.664 | 13,4 | (10.366) | (13,8) |
| Resultado Alienação Investimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita Operacional | 624.774 | 2.228.975 | 1.898.889 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | (1.604.201) | (72,0) | 330.086 | 17,4 |
| Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas | (12.551) | (16.147) | (16.242) | (2,0) | (0,7) | (0,9) | 3.596 | (22,3) | 95 | (0,6) |
| Resultado Financeiro | (61.499) | (80.678) | (61.301) | (9,8) | (3,6) | (3,2) | 19.179 | (23,8) | (19.377) | 31,6 |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais | (41.787) | (45.128) | (35.748) | (6,7) | (2,0) | (1,9) | 3.341 | (7,4) | (9.380) | 26,2 |
| Resultado Operacional | 508.937 | 2.087.022 | 1.785.598 | 81,5 | 93,6 | 94,0 | (1.578.085) | (75,6) | 301.424 | 16,9 |
| Resultado antes da Tributação | 508.937 | 2.087.022 | 1.785.598 | 81,5 | 93,6 | 94,0 | (1.578.085) | (75,6) | 301.424 | 16,9 |
| IR / CS | (32.200) | (63.470) | (25.792) | (5,2) | (2,8) | (1,4) | 31.270 | (49,3) | (37.678) | 146,1 |
| Lucro Líquido | 476.737 | 2.023.552 | 1.759.806 | 76,3 | 90,8 | 92,7 | (1.546.815) | (76,4) | 263.746 | 15,0 |

Receita Operacional

Como Companhia de investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial da VALEPAR/VALE - que inclui dividendos e juros sobre o capital próprio -, juros das ações resgatáveis recebidos da VALEPAR e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos da CPFL Energia.

Em 2012, a BRADESPAR apresentou receita operacional de R\$ 624,8 milhões, inferior ao mesmo período de 2011, retratando a seguinte contribuição das empresas investidas:

- Resultado de R\$ 382,8 milhões relacionado à equivalência patrimonial da VALEPAR/VALE, em linha com a redução do lucro líquido da VALE no mesmo período;
- R\$ 168,5 milhões referentes aos juros das ações resgatáveis da VALEPAR, inferior a 2011, devido à menor quantidade de ações após os resgates realizados; e
- R\$ 73,5 milhões de dividendos recebidos da CPFL Energia, com crescimento em relação ao mesmo período de 2011.

Cumprir destacar que, em 2012, em meio a um cenário macroeconômico adverso, a VALE foi afetada pela queda generalizada dos preços de minérios e metais. Os preços de minério de ferro demonstraram grande volatilidade, afetando significativamente os indicadores financeiros da empresa.

Da mesma forma, em 2012, foram realizados ajustes contábeis não recorrentes, que não afetaram o seu resultado financeiro, contribuindo desfavoravelmente para os resultados da VALE.

Em 2011, a BRADESPAR registrou receita operacional de R\$ 2,2 bilhões, 17,4% superior ao mesmo período de 2010, retratando a seguinte contribuição das empresas investidas:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Resultado de R\$ 1,9 bilhão relacionado à equivalência patrimonial da VALEPAR/VALE, com crescimento de 23,6% em relação a 2010;
- R\$ 216,8 milhões referentes aos juros das ações resgatáveis da VALEPAR, 12,6% inferior a 2010, devido à menor quantidade de ações após os resgates realizados; e
- R\$ 64,8 milhões de dividendos recebidos da CPFL Energia, com redução de 13,8% em relação ao mesmo período de 2010.

Cumprir destacar que, em 2011, a despeito de um ambiente econômico desafiador, a VALE alcançou seu melhor resultado anual, R\$ 37,8 bilhões, caracterizado por recordes de receitas operacionais, lucro operacional, geração de caixa e margem operacional. Ao mesmo tempo, o retorno aos acionistas atingiu o valor recorde de US\$ 12,0 bilhões, confirmando o comprometimento da empresa com a criação de valor para seus investidores.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida da BRADESPAR, em 2012, foi de R\$ 61,5 milhões, 23,8% inferior ao mesmo período de 2011, devido, principalmente, aos juros das debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, que teve queda, no valor médio anual, de 11,6% em 2011 para 8,4% em 2012, impactado pela redução da taxa básica de juros (SELIC) no período.

Já em 2011, a despesa financeira líquida da BRADESPAR foi de R\$ 80,7 milhões, 31,6% superior ao mesmo período de 2010, devido, principalmente, aos juros das debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, que evoluiu de 9,7% em 2010 para 11,6% em 2011, impactado pelo aumento da taxa básica de juros (SELIC) no período.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

Em 2012, as despesas de pessoal, gerais e administrativas somaram R\$ 12,6 milhões, representando queda de 22,3% em relação ao mesmo período de 2011.

Em 2011, as Despesas de Pessoal totalizaram R\$ 6,6 milhões, 37,2% superior em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 9,5 milhões, apresentando queda de 16,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido do Período

O lucro líquido ajustado da BRADESPAR, excluindo os efeitos contábeis não recorrentes, foi de R\$ 1,2 bilhão em 2012.

Na VALE, em 2012, esses ajustes contábeis não recorrentes referem-se à impairments de ativos e de investimentos, entre outros, totalizando R\$ 12,4 bilhões, impactando negativamente em R\$ 731,9 milhões o resultado de equivalência na BRADESPAR.

Com a inclusão dos ajustes contábeis não recorrentes, que não afetaram o resultado financeiro, o lucro líquido da BRADESPAR foi de R\$ 476,7 milhões no ano.

Em 2011, a BRADESPAR apresentou lucro líquido (ajustado) de R\$ 2,0 bilhões, com crescimento de 15,0%, ou R\$ 263,7 milhões, em relação ao ano anterior, sendo o melhor resultado da história da companhia, até a data. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 28,9%.

b) *Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*

A BRADESPAR, como companhia de investimentos, não tem variações das receitas diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Porém pode ser afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas controladas indiretas, a VALE e a CPFL Energia.

Variações das receitas da VALE e da CPFL Energia poderão impactar de forma relevante os resultados operacionais da BRADESPAR e os principais fatores que afetam seus respectivos resultados operacionais também afetam os da Companhia.

Com relação à VALE:

- a redução na demanda de aço pode afetar desfavoravelmente a procura por minério de ferro, pelotas e níquel;
- um desenvolvimento econômico negativo nos principais mercados da VALE, especialmente na China, pode reduzir a demanda dos produtos da VALE, resultando em receitas mais baixas e menor lucratividade;
- os preços do níquel, alumínio e cobre, os quais são negociados ativamente nas bolsas mundiais de commodities, estão sujeitos a volatilidade significativas;
- uma maior substituição da utilização de níquel primário pode afetar negativamente os negócios de níquel;
- a redução da demanda global de aço ou dos produtos agrícolas brasileiros poderá diminuir a demanda pelos serviços de logística da VALE;
- a VALE pode não ser bem sucedida na integração de negócios que venham a ser adquiridos;
- o setor de mineração é altamente competitivo e a VALE poderá ter dificuldades em competir de maneira eficaz com outras mineradoras no futuro;
- a demanda pelos produtos em períodos de pico pode ultrapassar a capacidade de produção da companhia, o que não permitirá atender à demanda dos clientes;
- as condições políticas, econômicas, regulatórias e sociais nos países em que a VALE opera ou nos quais tem projetos podem afetar desfavoravelmente suas operações;
- atos de protesto podem dificultar operações e projetos de mineração e logística da VALE;
- os projetos estão sujeitos a riscos que podem resultar em aumento de custos, atrasos ou impedir o sucesso de sua implementação;
- muitas das operações da VALE dependem de joint ventures ou consórcios, e os negócios da VALE podem ser adversamente afetados se os seus parceiros falharem no cumprimento de seus compromissos;
- as operações dependem de autorizações de agências reguladoras em várias jurisdições, e as mudanças nas regulamentações podem afetar adversamente os negócios da VALE;
- as regulamentações ambientais, de saúde e segurança podem afetar adversamente os negócios da VALE;
- as estimativas de reservas podem divergir consideravelmente da quantidade de minerais que venham a ser extraídas e as estimativas da vida útil de uma mina podem revelar-se inexatas. Da mesma forma, as flutuações do preço de mercado assim como as mudanças nos custos operacionais e de capital podem tornar economicamente inviáveis algumas das reservas de minério;
- a VALE pode não conseguir reabastecer as reservas, o que causaria efeitos adversos para as perspectivas de mineração;
- mesmo se descobertos depósitos minerais, a VALE continuará sujeita aos riscos de exploração e de produção, que podem afetar de maneira negativa o processo de mineração;
- os custos de extração podem aumentar à medida que as reservas se esgotam;
- a VALE enfrenta dificuldades com eventuais falta de equipamentos, serviços e mão de obra especializada;
- aumento nos custos ou escassez de energia podem afetar adversamente os negócios da VALE; e
- as flutuações das taxas de câmbio e inflação.

Com relação à CPFL Energia:

- as variações das tarifas de eletricidade;
- a migração dos consumidores do ambiente regulado para tornarem-se consumidores livres;
- custo de aquisição de energia elétrica;
- perdas de energia elétrica;
- condições hidrológicas no Brasil;
- uma crise de energia (como ocorreu em 2001-2002) e racionamento relacionado a tal crise;
- nível de alavancagem financeira;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- flutuações de taxas de câmbio e inflação; e
- mudanças no ambiente regulatório, incluindo critérios de reavaliação de tarifas.

A seguir, apresentamos os comentários dos próprios diretores das nossas controladas sobre estas variações:

VALE

Variações nas taxas cambiais

A maior parte da receita da VALE é expressa em dólares americanos, enquanto a maior parte dos custos de bens vendidos é expressa em diferentes moedas, sobretudo o real (57,0% em 2012), além do dólar americano (24,0% em 2012), dólares canadenses (15% em 2012), rupias indonésias, dólares australianos, euros e outras. Assim, as mudanças nas taxas cambiais afetam a margem operacional da Companhia.

A maior parte da dívida de longo prazo está expressa em outras moedas além do real, principalmente o dólar americano (R\$ 43,431 bilhões em 31 de dezembro de 2012). Como a moeda funcional da VALE é o real, as mudanças no valor do dólar americano, em relação ao real, provocam variações no passivo líquido, que resultam em ganhos ou perdas cambiais nos resultados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida expressa em reais era de R\$ 17,552 bilhões. Como a maior parte da receita está vinculada a dólares americanos, a VALE utiliza derivativos para converter dívida de reais para dólares americanos. Como consequência da depreciação do real em relação ao dólar americano em 2012, a variação monetária e cambial líquida causou um impacto negativo no lucro líquido de R\$ 4,144 bilhões em 2012. O resultado líquido dos swaps de moedas e taxas de juros, estruturados principalmente para converter a dívida em reais para dólares americanos para proteção do fluxo de caixa contra a volatilidade cambial, produziu efeito contábil negativo de R\$ 280 milhões em 2012, dos quais R\$ 956 milhões geraram efeito caixa positivo.

Variações nas taxas de inflação

As receitas da VALE não são significativamente afetadas por taxas de inflação.

Variações atribuíveis a modificações de preços, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional da VALE é diretamente impactada por modificações de preços de seus produtos e serviços, bem como por alterações de volumes vendidos.

Fertilizantes

O segmento de fertilizantes, cujas atividades foram substancialmente aumentadas em 2010 com a aquisição da VALE Fosfatados e da VALE Fertilizantes, proporcionou os seguintes efeitos no resultado da Companhia: contribuição na receita líquida de R\$ 7,008 bilhões em 2012 (R\$ 5,551 bilhões em 2011 e R\$ 2,980 bilhões em 2010) e contribuição no custo de R\$ 5,854 bilhões em 2012 (R\$ 4,512 bilhões em 2011 e R\$ 2,792 bilhões em 2010).

CPFL

Tarifas Reguladas de Distribuição

O resultado das operações é afetado significativamente por mudanças nas tarifas reguladas de energia elétrica. Mais especificamente, a maior parte da receita é derivada da venda de energia elétrica para Consumidores Finais cativos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

com base em tarifas reguladas. Em 2012, as vendas para Consumidores Finais cativos representaram 67,8% da quantidade de energia vendida e 70,5% da receita operacional. Em 2011, as vendas para Consumidores Finais cativos representaram 69,9% da quantidade de energia vendida e 75,5% da receita operacional, em comparação com 71,0% e 76,1% em 2010. Essas proporções podem diminuir se os clientes migrarem da situação de Consumidores Finais cativos para Consumidores Livres.

As receitas operacionais e margens dependem substancialmente do processo de revisão das tarifas, e a administração da CPFL empenha-se em manter um relacionamento construtivo com a ANEEL, com o governo e com os demais participantes do mercado, para que o processo de revisão de tarifas reflita adequadamente os interesses dos consumidores e acionistas.

Vendas a Consumidores Potencialmente Livres

Com o intuito de promover transações mais competitivas de energia elétrica, o governo modificou em 1995 a regulamentação do setor permitindo que determinados consumidores possam deixar o ambiente de tarifas reguladas e se tornar consumidores “livres”, com direito a contratar seu fornecimento de energia elétrica com qualquer fornecedor. Atualmente, em comparação ao número total de consumidores cativos da Companhia, o número de Consumidores Potencialmente Livres é relativamente pequeno; no entanto, representa um percentual relevante da receita e da quantidade de energia elétrica distribuída. Nos anos de 2012, 2011 e 2010, aproximadamente 17,0%, 17,6% e 22,9% da quantidade de energia elétrica distribuída pela Companhia foi destinada a Consumidores Potencialmente Livres, respectivamente. A maioria dos Consumidores Potencialmente Livres não optou por tornar-se um Consumidor Livre. Isto possivelmente ocorreu (i) por estes consumidores terem considerado que as vantagens de um contrato de longo prazo com taxas de energia elétrica inferiores à tarifa regulada são superadas pelas desvantagens relacionadas a custos adicionais (em particular, a tarifa pelo uso do sistema de transmissão) e pelo risco de flutuação dos preços no longo prazo e (ii) porque parcela significativa dos Consumidores Potencialmente Livres, que celebraram contratos antes de julho de 1995, ficam limitados a mudar para fornecedores que adquirem energia elétrica de fontes de energia renovável, tais como PCHs ou biomassa. Mesmo que um consumidor decida migrar do sistema de tarifas reguladas para se tornar um Consumidor Livre, ele ainda teria que pagar à Companhia a tarifa pelo uso do sistema de distribuição, ou TUSD, e tais pagamentos praticamente eliminaram as perdas na receita operacional decorrentes de tal migração. Não se espera que um número substancial dos consumidores tornem-se Consumidores Livres, mas as perspectivas a longo prazo desta migração entre diferentes mercados (cativo e livre) e seu impacto no resultado são difíceis de serem previstas.

Preços para a Energia Elétrica Adquirida

Os preços da energia elétrica adquirida pelas distribuidoras nos termos de contratos de longo prazo firmados no ambiente de contratação regulada são (i) aprovados pela ANEEL, no caso de contratos assinados antes do Novo Modelo do Setor Elétrico, e (ii) determinados em leilões para aqueles assinados após o Novo Modelo, enquanto os preços da energia elétrica comprada no ambiente de contratação livre baseiam-se em índices de mercado prevalentes, de acordo com o contrato bilateral. Em 2012, foram adquiridos 55.683 GWh, em comparação a 50.853 GWh e 52.384 GWh em 2011 e 2010 respectivamente. Os preços nos contratos de longo prazo são corrigidos anualmente para refletir os aumentos em determinados custos de geração e a inflação. A maioria dos contratos tem reajustes vinculados ao reajuste anual nas tarifas de distribuição, de forma que os aumentos de custos são repassados aos consumidores por meio de aumentos de tarifas. Como uma crescente parcela da energia elétrica é adquirida em leilões públicos, o êxito das estratégias nesses leilões afeta as margens e a exposição ao risco de preço de mercado, uma vez que a capacidade de repassar os custos de aquisição de energia elétrica estará vinculada ao êxito na projeção da expectativa de demanda.

c) *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.*

A BRADESPAR, como companhia de investimentos, não sofre impacto no resultado operacional e no resultado financeiro devido à variação na taxa de inflação, nos preços dos principais insumos e produtos, no câmbio e na taxa de juros, sendo afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas controladas indiretas, a VALE e a CPFL Energia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Variações das receitas da VALE e da CPFL Energia poderão impactar de forma relevante os resultados operacionais da BRADESPAR e os principais fatores que afetam seus respectivos resultados operacionais também afetam os da Companhia.

A seguir, apresentamos os comentários dos próprios diretores das nossas controladas sobre estas variações:

VALE

Os comentários sobre impacto da inflação, da variação de preços dos principais produtos e do câmbio na VALE, estão descritos no item 10.2.b.

A VALE esta exposta aos riscos da taxa de juros de empréstimos e financiamentos. A dívida atrelada à taxa de juros em dólares americanos consiste principalmente em empréstimos, incluindo operações de pré-pagamento de exportações, empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral estas dívidas são indexadas à Libor (*London Interbank Offered Rate*). O hedge natural entre a flutuação das taxas de juros americanas e dos preços dos metais atenua a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia. No caso de um desbalanceamento deste hedge natural, a VALE analisa a contratação de instrumentos financeiros para obter a proteção desejada. A taxa flutuante de suas dívidas expressa em reais inclui debêntures, empréstimos obtidos com o BNDES, ativos fixos e financiamento para a aquisição de serviços no mercado brasileiro. Os juros dessas obrigações estão atrelados principalmente ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a taxa de juros de referência no mercado interbancário brasileiro, e a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Aproximadamente 27,0% da dívida em 31 de dezembro de 2012 era denominada em reais, os demais 73,0% denominados em outras moedas. Cerca de 30% da dívida em 31 de dezembro de 2011 estava denominada em reais, os demais 70% estavam denominados em outras moedas. Em 31 de dezembro de 2010, 27% da dívida estava denominada em reais e 73% em outras moedas. Cerca de 45,3% da dívida estava atrelada a taxa de juros flutuante em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 24% em 31 de dezembro de 2011 e 53% em 31 de dezembro de 2010.

Os custos de energia são um componente importante do custo de produção da VALE e representou 11,0% do custo total de produtos vendidos em 2012, 12,2% em 2011 e 15,5% em 2010. Os aumentos do preço do petróleo e do gás afetam negativamente os negócios de logística, mineração, pelotas e níquel. Os custos de eletricidade representaram 3,2% do custo total de produtos vendidos em 2012, 3,6% em 2011 e 6,1% em 2010.

CPFL

Todas as operações da CPFL estão no Brasil, e por essa razão são afetados pela conjuntura econômica brasileira. Em especial, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda de energia elétrica, e a inflação afeta os custos e as margens. A conjuntura econômica brasileira caracteriza-se por significativas variações nos índices de crescimento econômico, que foi muito lento de 2001 a 2003, apresentando recuperação desde 2004. Essa tendência foi interrompida pela crise financeira internacional em 2009. Em 2010, o cenário econômico brasileiro vivenciou um forte crescimento com a recuperação após a crise financeira internacional de 2008/2009. Em 2011, os problemas econômicos internacionais, principalmente na Zona do Euro, refletiram em uma desaceleração do crescimento econômico brasileiro. Em 2012, a atividade econômica brasileira continuou a ser afetada pelo cenário internacional desfavorável e a performance industrial mostrou resultados moderados. No entanto, lucro e empregabilidade favorecidos pelo mercado doméstico, apresentaram bons resultados em 2012.

A inflação afeta os negócios principalmente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação. A CPFL pode recuperar uma parte desse aumento de custos por meio do mecanismo de recuperação de custos da Parcela A, porém existe um atraso entre o momento em que o aumento de custos é incorrido e aquele no qual as tarifas reajustadas seguindo o reajuste tarifário anual são recebidas. Os valores que são devidos com base na Parcela A são atrelados à variação da taxa SELIC até que sejam repassados às tarifas.

A depreciação do Real aumenta o custo do serviço da dívida em moeda estrangeira e os custos de compra de energia elétrica da usina de Itaipu, uma hidrelétrica que é um dos principais fornecedores e que ajusta os preços baseado em parte de seus custos em dólares norte-americanos. Alguns fatores externos podem afetar significativamente os negócios da CPFL, dependendo da categoria de consumidores:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- **Consumidores Residenciais e Comerciais.** Essas classes são muito afetadas por condições climáticas e distribuição de renda. Temperaturas elevadas e aumento dos níveis de renda causam um aumento da procura por energia elétrica e, portanto, aumentam as vendas; e
- **Consumidores Industriais.** O consumo dos consumidores industriais está relacionado ao crescimento econômico, entre outros fatores, relacionados principalmente à produção industrial. Nos períodos de crise financeira, esta categoria sofre o maior impacto.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) *Introdução ou alienação de segmento operacional***

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Nos anos de 2012, 2011 e 2010 a BRADESPAR não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Não houve eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) *mudanças significativas nas práticas contábeis***

Pelo terceiro ano consecutivo, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo apresentadas de acordo com os CPCs e as IFRSs.

A Deliberação CVM nº 666/11 aprovou o CPC 19 (R1). O normativo prevê que em caso de controle compartilhado de uma entidade, seja utilizado o método da equivalência patrimonial na demonstração contábil individual de cada controlador em conjunto. No caso das demonstrações consolidadas de 2012 e 2011 houve a opção tanto da utilização do método da equivalência patrimonial quanto da utilização da consolidação proporcional. Para a VALEPAR, a BRADESPAR optou pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas dos dois exercícios citados.

Assim sendo, os Diretores da BRADESPAR informam que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. No exercício de 2010, em função da mudança no padrão contábil e por ter sido o 1º conjunto de demonstrações contábeis em CPC/IFRS, naturalmente houve alterações das demonstrações contábeis consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2011. Em anos anteriores utilizamos o método da consolidação proporcional na VALEPAR.

b) *efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

Em 2010 houve efeito líquido de R\$ 638,9 milhões no patrimônio líquido em função da marcação a mercado proveniente da reclassificação da participação indireta na CPFL Energia S.A., reclassificada de investimentos permanentes para ativo financeiro disponível para venda, por força do CPC 38. Neste caso houve efeito no patrimônio líquido, mas não houve efeito no resultado do período.

Em 2011, apesar da alteração no procedimento contábil ocorrido no nosso investimento na VALEPAR, de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas, não houve efeito no patrimônio líquido e lucro líquido.

Em 2012, não houve alterações relevantes no patrimônio líquido e no lucro líquido.

c) *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Conforme descrito no relatório do auditor, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da BRADESPAR S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente dos ativos e passivos, em cada período, e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende de nossa classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de ações com acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização (impairment) do custo atualizado e que possamos refletir a redução como despesa. Na avaliação, se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida.

Provisões contábeis e passivos contingentes

Nós constituímos provisões contábeis levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a. a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes da publicação; e
- b. a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data das demonstrações contábeis, porém antes da sua publicação.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) *Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.***

Não ocorreram eventuais imperfeições, e, conseqüentemente, não houve necessidade de providências serem tomadas, na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do emissor, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

A BRADESPAR mantém atualizados todos os componentes do sistema de controles internos, visando a mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa. A estrutura de pessoas, conjugada com os investimentos em tecnologia, confirma que a gestão de controles internos e compliance na Companhia é efetiva, atende às exigências dos órgãos reguladores e está alinhada aos padrões internacionais.

b) *Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente*

Considerando nossos conhecimentos e os trabalhos realizados pelo auditor independente para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações contábeis da BRADESPAR, não há deficiências ou recomendações sobre os controles internos no relatório do auditor independente que pudessem afetar de maneira significativa as nossas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a) *Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***

Os recursos obtidos por meio da Quarta Emissão Pública de Debêntures da BRADESPAR em 04 de julho de 2012, no montante de R\$ 350,0 milhões, foram destinados para a quitação das obrigações, principal e acessória, relativas às debêntures da Primeira Série da Terceira Emissão da BRADESPAR, emitida pela companhia em 4 de julho de 2011.

Os recursos obtidos por meio da Terceira Emissão Pública de Debêntures da BRADESPAR em 04 de julho de 2011, no montante de R\$ 800,0 milhões, foram destinados para a quitação das obrigações, principal e acessória, relativas às debêntures da segunda emissão da BRADESPAR, emitida pela companhia em 13 de julho de 2009.

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários no ano de 2010.

b) *se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição*

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos das ofertas públicas.

c) *caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios*

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos das ofertas públicas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- a)** *os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;*
- b)** *outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- a) *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***
- b) *natureza e o propósito da operação***
- c) *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação***

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.